



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2021



ÍNDICE

0 NOTA INTRODUTÓRIA	5
1 OBJETIVOS	6
2 ATIVIDADES A DESENVOLVER E A REALIZAR	9
2.1 COVID-19	9
2.2 Hospital Condessa das Canas	10
2.3 Cine-Teatro Alves Coelho	11
2.4 Candidatura ao Programa Pares	11
2.5 Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC).....	12
2.6 +CO3SO Emprego - Empreendedorismo Social	12
2.7 Equipa Projeto Ação Paliativa	13
2.8 Renovação Contratos UCCI - Dr. Fernando Vale	13
2.9 Aquisição Equipamento para Unidade de Medicina Física de Reabilitação	14
2.10 Restabelecimento Frequências na Resposta de Centro de Dia (Sede e Secarias)	14
2.11 Reforço do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	15
2.12 Manutenção Espaços Naturais - Mata e Jardins	15
2.13 Manutenção das Parcerias	15
2.14 Academia Condessa das Canas	16
2.15 Defesa dos Interesses da Instituição - Rendas Hospital Condessa das Canas e Direito de Superfície.....	16
3 ORÇAMENTO	17
3.1 Rendimentos	18
3.1.1 Breve descrição Rendimentos.....	19
3.2 Gastos	22
3.2.1 Gastos / Descrição	22
4 INVESTIMENTOS	25
5 CONCLUSÃO.....	26
ANEXOS	



0 | NOTA INTRODUTÓRIA

O ano de 2021 será um período de tempo indubitavelmente marcado pelos efeitos nefastos da pandemia do COVID-19, motivo pelo qual o planeamento das atividades da Instituição será sempre condicionado.

Com efeito, a nova realidade imposta por esta pandemia teve repercussões em todos os níveis e setores da vida em Sociedade, alterando não só os comportamentos, mas de igual modo a forma e o modo como as Instituições do Setor Social se relacionam com o contexto envolvente.

Consequentemente, 2021 será ainda um ano dominado pela preocupação da salvaguarda do bem-estar dos utentes e colaboradores face a eventuais infeções por COVID-19, na expectativa de que antes do final desse ano seja possível o restabelecimento de alguma normalidade.

Essa normalidade passará não só pela recuperação dos níveis de serviços assegurados à comunidade, mas de igual modo o retorno dos níveis de frequência por parte de algumas respostas sociais mais afetadas pela pandemia, designadamente o Centro de Dia.

Contudo, não podemos deixar de frisar que toda a ação da Instituição estará extremamente condicionada pelo evoluir da Pandemia, e esta terá sempre impactos na dinâmica interna.

Desta forma, o esforço da Misericórdia terá que ser compatibilizado com os recursos existentes, quer sejam eles humanos, quer sejam materiais, destacando-se o papel do parceiro Estado para que seja possível mitigar as dificuldades que, certamente, irão continuar a subsistir.

A revisão dos acordos de cooperação, designadamente com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), assim como a atualização das participações decorrentes destes, serão fatores decisivos para a sustentabilidade da Instituição.

E neste particular é bom recordar que 2021 irá iniciar com alterações ao Salário Mínimo Nacional (SMN), o que significa, logo de imediato, um aumento de custos com pessoal, a que serão acrescidos os custos decorrentes da pandemia e que, em 2020, já tiveram reflexos na operacionalidade da Instituição.

A estes custos somar-se-ão outros que, em bom rigor, tenderão a ter maior impacto caso os rendimentos não acompanhem esse aumento de despesa que, entenda-se, não deixará de ser contida, mas que a imprevisibilidade do momento atual não assegura a existência de garantias ao seu efetivo controlo.



Por outro lado, os investimentos em curso e outros que se tornam prementes, não podem ser esquecidos, o que obriga a Instituição a procurar soluções para mitigar esse esforço adicional.

Em suma, o ano de 2021 será um período de enormes desafios para os quais todos os que amam a Misericórdia devem estar mobilizados, a começar pelos seus Órgãos Sociais, mas igualmente os seus colaboradores, tendo em vista manter-se o desenvolvimento dos serviços indispensáveis aos mais vulneráveis, sejam eles os mais velhos ou as crianças que diariamente servimos.

Para isso, contamos com o empenho e dedicação dos irmãos da Instituição, que na sua Missão de servir o próximo não deixarão de procurar cumprir com as catorze obras de Misericórdia, respeitando o Compromisso da Instituição, contando com a proteção da Senhora do Manto Largo, Nossa Senhora das Misericórdias.

1 | OBJETIVOS

Apesar dos enormes constrangimentos, conforme aliás abordámos logo na Nota Introdutória, a Instituição não deixará de procurar concretizar as suas metas, motivo pelo qual é fundamental estabelecer de forma clara os seus objetivos, com o intuito de melhor adequar os seus recursos à sua Missão.

Assim, e porque o contexto o determina, a Misericórdia elencará três grandes objetivos que nortearão a sua ação em 2021, devendo os esforços concentrarem-se na concretização dos mesmos.

- a) **Assegurar a operacionalidade das diversas respostas sociais, assim como o funcionamento dos respetivos serviços de apoio, tendo em vista manter o apoio aos públicos que servem, bem como à comunidade em que estes se inserem;**

Para a concretização desta meta a Instituição terá que adequar os seus recursos, sejam humanos ou sejam materiais, às necessidades mais prementes verificadas no terreno, sabendo de antemão que esses mesmos recursos são finitos.

No campo dos recursos humanos a reorganização de serviços e horários, procurando respeitar-se o enquadramento legal aplicável, não deixará de ser uma ferramenta, para o qual todos terão



de estar sensibilizados para os reajustes necessários, em prol de um bem maior que é o de manutenção dos cuidados a quem mais deles necessita.

Por outro lado, o agendamento de férias ou dispensas laborais, bem como o eventual recurso a apoios para assistência a familiar junto da Segurança Social ou outra entidade pública, isto no contexto de Pandemia, serão ponderados sempre com a noção da aplicação do conceito de trabalhador essencial.

Aqui, a Instituição terá que procurar gerir a existência, ou não, de respostas sociais encerradas assim como a natureza dos serviços que estas prestam, as necessidades dos serviços de apoio, a existência de estruturas de acolhimento de filhos menores de 12 anos, etc, etc.

Quanto aos recursos materiais, com especial incidência no campo económico, será crucial que a manutenção de rendimentos, ou porventura o crescimento destes, seja compatível com as despesas decorrentes do aumento de necessidades face à Pandemia.

Neste contexto, será fundamental que os acordos de cooperação correspondam às necessidades da Instituição e das respostas sociais que esta desenvolve, seja no campo tradicional da Segurança Social, seja no campo da Saúde (Unidade de Cuidados Continuados, Unidade de Medicina Física de Reabilitação, Equipa Ação Paliativa).

Consequentemente, a atualização das comparticipações da Segurança Social, e dos contratos com a Saúde, no âmbito do Compromisso de Cooperação e dos contratos com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados- ARSC, terão que refletir um aumento correspondente, no mínimo ao aumento de custos efetivo.

Ainda no âmbito da cooperação com o Setor Estado, não podemos escamotear ser fundamental a conclusão do processo de renovação dos contratos no âmbito dos Cuidados Continuados no que ao Hospital Dr. Fernando Vale dizem respeito, quer para a tipologia de Média Duração e Reabilitação (12 camas) quer para a tipologia de Longa Duração e Manutenção (12 camas), medida em que terminam em Dezembro de 2020 os que atualmente estão em vigor.

- b) Manter os investimentos em curso, e desenvolver outros que se revelem como uma oportunidade, tendo em vista o alargamento futuro não só da capacidade de resposta da Instituição aos problemas da comunidade, mas de igual modo, alargar a sua base de obtenção de rendimentos, com serviços e respostas específicas e inovadoras;**



Ao longo dos últimos anos a Misericórdia tem seguido uma estratégia ponderada de realização de investimentos, com destaque para o arranque das obras de reabilitação do antigo Hospital Condessa das Canas, que, em 2010, viu aprovada candidatura ao Programa Modular II.

Tal como havia sido decidido em anterior reunião da Assembleia Geral, a Instituição contratualizou o recurso a empréstimo junto de entidade bancária, aspeto que possibilitou o arranque das obras em 2020, encontrando-se as mesmas em curso.

Apesar dos constrangimentos ditados pela Pandemia, e dos atrasos dela decorrentes, isto no que diz respeito à execução da obra em causa, é imprescindível que a mesma seja concluída até ao final do ano de 2021, para que seja possível a eventual contratualização com o Setor estado, no que ao funcionamento desse equipamento diz respeito.

Nesse sentido, a instituição deverá realizar todos os esforços para que a continuidade dos trabalhos não seja colocada em causa, recorrendo à eventual alienação de património, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, para assegurar os custos que eventualmente possam surgir de forma inesperada, ou reajustes ao projeto.

Por outro lado, e ainda no que concerne a este objetivo, a Instituição não pode deixar de deitar mão a eventuais candidaturas a fundos comunitários, designadamente para o arranque de outros investimentos, nomeadamente destinados à continuação da requalificação do Complexo Social.

A este propósito a candidatura ao Programa PARES não pode deixar de ser vista como uma oportunidade na tentativa de concretização desse desiderato.

- c) Promover a manutenção do volume de emprego, designadamente do nível de pessoal no quadro permanente, com o intuito de manter a operacionalidade dos serviços, mas também contribuir para a coesão social na comunidade em que a Misericórdia se insere;**

Sendo a Misericórdia um dos maiores empregadores no território onde se insere, e a maior entidade do Setor Social Solidário no concelho de Arganil, a preocupação com a estabilidade laboral ganha maior relevo.

Nesse sentido, a Instituição, sem descurar a gestão racional dos seus recursos humanos, procurará manter os postos de trabalho existentes, realizando apostas na procura de



profissionais de saúde (por exemplo: enfermeiros) para atenuar, ou ultrapassar, as perdas dos últimos meses, provocadas por saídas desses profissionais, designadamente para o Setor Estado. Igualmente, não deixará de tentar reforçar a resposta de serviço de Apoio Domiciliário (SAD), na expectativa do reforço da cooperação com o Estado para esta resposta social, tanto mais que vários utentes do Centro de Dia passaram a ter os serviços domiciliados, o que exige um incremento da capacidade de resposta dos serviços afetos ao apoio do SAD.

Por outro lado, e apesar de em Fevereiro de 2021 terminar o Projeto “*Dar Sentido aos Dias*”, no âmbito da parceria estabelecida com o BPI | Fundação la Caixa, a manutenção e continuidade da equipa associada a este não deixará de ser uma prioridade, através da incorporação das competências adquiridas para intervenção nas respostas sociais que a Misericórdia desenvolve, sem esquecer o apoio à comunidade.

Para tanto, a apresentação de uma candidatura ao programa CO3 Emprego e Empreendedorismo Social, cuja decisão, à data da elaboração do presente Plano, ainda se aguarda, poderá ser uma mais-valia, caso venha a ser aprovada.

2 | ATIVIDADES A DESENVOLVER E A REALIZAR

Considerando as particularidades previstas para 2021, motivadas pelas razões já expostas, a Misericórdia define um conjunto de atividades de forma abrangente, suscetíveis de serem ajustadas nos termos mais adequadas, face à evolução da Pandemia do COVID-19.

Essas atividades são por isso transversais e com uma dimensão temporal que poderá, em alguns casos, ultrapassar a duração do próprio ano em causa, devendo a Misericórdia estar preparada com a agilidade e flexibilidade para atuar em tempo útil, corrigindo ou alterando o que for necessário.

2.1 COVID-19

No âmbito do esforço de regresso à normalidade, a implementação do processo de vacinação, com especial incidência junto dos utentes residentes e colaboradores da Instituição, ganha particular relevo.



Assim, é propósito da Misericórdia conseguir vacinar todos os seus residentes (ERPI e UCCI), com exceção daqueles que, por ordem de razão clínica, ou outra, o não possam ser, bem como todos os seus colaboradores que o queiram ser, na medida em que o grau de interação entre serviços, Departamentos e utentes, mesmo com as medidas de prevenção, é elevado.

Por outro lado, a Instituição procurará vacinar, de acordo com as regras que venham a ser definidas e haja abertura para isso, um número restrito de membros da Mesa Administrativa que maior risco representam, quer seja pela exposição regular ao funcionamento da Instituição, interagindo com os diversos serviços, Departamentos e utentes, quer seja por força da idade no âmbito dessa exposição.

Contudo, e sendo esta uma ação não dependente diretamente da Misericórdia, esta procurará criar as condições internas para que seja viável, nomeadamente debelando os eventuais focos de infeção de que, porventura, possa padecer, na medida em que esta é uma condição essencial ao processo de vacinação.

Depois, a manutenção dos procedimentos destinados à prevenção de casos de infeção, através da manutenção da implementação do Plano de Contingência, caso se mantenha essa necessidade, associado à continuidade da realização de testes de deteção COVID-19, envolvendo quer utentes e quer colaboradores, serão também ferramentas de que a Instituição deverá deitar mão.

Outro aspeto a considerar na ação da Instituição passará pela manutenção da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), nas suas mais variadas vertentes e componentes, e que são essenciais à proteção dos seus colaboradores, mas igualmente dos seus utentes.

2.2 HOSPITAL CONDESSA DAS CANAS

Não obstante os constrangimentos diretos e decorrentes da pandemia, a Instituição não relegará para segundo plano a necessidade de dar continuidade à sua estratégia de investimentos, dando sequência a anteriores deliberações da Assembleia Geral.

Nesse particular, deverá ser dado especial destaque à recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas, cuja expectativa será a de que, até ao final do ano de 2021, este possa estar concluído, sem prejuízo das condicionantes que todos conhecemos.



2.3 CINE-TEATRO ALVES COELHO

Ainda no campo do Património a questão da recuperação do cine-teatro Alves Coelho não deixará de estar presente nas preocupações da Instituição, na expectativa de que seja possível a formalização com a Câmara Municipal de Arganil o início do processo de reabilitação do referido imóvel.

Para tanto, a Instituição recorda o trabalho que tem vindo a ser feito com a autarquia, nomeadamente ao nível dos projetos destinados à requalificação do emblemático edifício, e que se espera possa vir a ser uma realidade o arranque das obras ainda durante o presente mandato camarário.

Salienta-se no entanto, que a decisão está agora do lado da autarquia, existindo a esperança que o processo seja frutífero.

2.4 CANDIDATURA AO PROGRAMA PARES

A abertura de novo período de candidaturas ao programa PARES veio permitir à Instituição o desenvolvimento de um projeto, tendo por base necessidades anteriormente sinalizadas e que visam dotar o edificado do Complexo Social de novas funcionalidades, nomeadamente ao nível do conforto térmico.

Dessa forma, ainda em 2020, foi apresentada candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais — 3.ª Geração (PARES 3.0), cuja incidência assentou na requalificação e higienização de parte do edifício onde está localizada a Resposta Social de ERPI.

De acordo com a candidatura já apresentada, foram valorizadas três áreas fundamentais, a saber: conforto, segurança e eficiência energética.

O valor estimado para a concretização do investimento preconizado é de quinhentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e nove mil euros (573.229,00€), na expectativa de que o apoio possa atingir 80% desse montante.

O projeto que serviu de base à candidatura contempla melhorias no revestimento exterior, higienização de Unidades Funcionais internas, substituição de caixilharia, entre outros como a instalação de sistema de fotovoltaico.



De igual modo, foi ainda acrescentado como aspeto destinado à valorização da candidatura, a implementação das Medidas de Autoproteção do Edificado (já submetidas junto da ANEPC), e inicialmente previstas na sua execução ainda em 2020, mas cuja situação de Pandemia inviabilizou, apesar de parte do equipamento ter sido adquirido.

2.5 PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS (PO APMC)

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia dinamizou um projeto de dimensão supraconcelhia destinado ao fornecimento de géneros alimentares às pessoas em situação de vulnerabilidade social, no âmbito de parceria com o Instituto da Segurança Social (ISS, IP).

Este programa, face à pandemia que atravessamos, veio a revelar-se de extrema importância para que fossem asseguradas as condições essenciais no que à alimentação diz respeito, junto de vários agregados, razão mais do que suficiente para a manutenção desta colaboração.

Neste caso, a Misericórdia de Arganil continuará a assegurar a dupla função de entidade Mediadora e Coordenadora dos Territórios de Arganil, Penacova e V. N. de Poiares, mantendo o apoio traduzido no fornecimento de bens alimentares a 382 pessoas, pelo menos até ao mês de Maio de 2021. Após este, perspetiva-se que período excepcional provocado pela Pandemia COVID-19 tenha sido concluído, retomando-se a normalidade dos 191 destinatários aprovados em candidatura.

2.6 +CO3SO EMPREGO - EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Para o ano de 2021 a Misericórdia espera poder obter resposta à candidatura submetida ainda em 2020, neste caso ao Programa +CO3SO Emprego - Empreendedorismo Social, e cujo principal objetivo será a concretização de um projeto de empreendedorismo social, tendo a duração de 16 meses, e com um financiamento estimado em cento e setenta e três mil, duzentos e setenta e cinco euros (173.275,20€).

Parte desse montante, mais propriamente cento e vinte e três mil, setecentos e sessenta e oito euros (123.768,00€) corresponderão a custos com Recursos Humanos e quarenta e nove mil, quinhentos e sete euros (49.507,00€) serão alocados a outros custos de funcionamento.



Este projeto perspetiva dar continuidade a um outro Projeto com a designação de “*Dar Sentido aos Dias*”, decorrente de candidatura ao Prémio BPI “La Caixa” Rural|2019, sendo que a referida candidatura assume como objetivo central reforçar a atuação da Equipa de Ação Palitava, através da criação de novos postos de trabalho, fomentando e promovendo a realização de ações de formação e qualificação, sem esquecer as redes de parceria supraconcelhias.

A Instituição pretende, essencialmente, possibilitar o acesso a cuidados diferenciados e especializados, junto da população com doença crónica associada e em situação paliativa.

2.7 EQUIPA PROJETO AÇÃO PALIATIVA

Tal como referido no ponto anterior, a manutenção do projeto vocacionado para os Paliativos não deixará de merecer a atenção da Misericórdia, designadamente através da incorporação das competências daí resultantes na dinâmica da Instituição.

De referir que a intenção da Instituição passará pela possibilidade desta equipa desenvolver a sua ação abrangendo as diversas respostas sociais da Instituição, tornando-se uma alavanca no desenvolvimento da diferenciação de serviços, tornando-os mais especializados e vocacionados para públicos específicos com necessidades distintas da generalidade dos utentes.

A Misericórdia marcará dessa forma a diferença, através da inovação dos serviços desenvolvidos e prestados, nomeadamente com uma equipa dotada de médico, assistente social, enfermeiro e outros recursos humanos que se venham a revelar importantes, podendo estes ser partilhados com outras respostas da Instituição.

2.8 RENOVAÇÃO CONTRATOS UCCI – DR. FERNANDO VALE

A vigência dos compromissos plurianuais no âmbito da rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) tem uma duração trianual, razão pela qual em 31 de Dezembro de 2020 terminarão os contratos com a UCCI – Dr. Fernando Vale.

Sem prejuízo da situação aconselhar ao Setor Estado a renovação/manutenção ou celebração de novos contratos, não podemos esquecer que este tem associado um processo administrativo que esperemos venha a ser concluído rapidamente, tendo em vista evitar atrasos na receção das verbas referentes ao funcionamento deste equipamento.



A Misericórdia, sobre esta matéria, crê que estão criadas as condições para a continuidade desta relação com o Estado, via Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), por via da qual será possível manter a continuidade das tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

2.9 AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO PARA UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA DE REABILITAÇÃO

Apesar de as perspetivas económicas para 2021 não serem as mais positivas, a Instituição procurará realizar investimento na aquisição de equipamentos para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação, designadamente um ecógrafo, tendo em vista diversificar os serviços desta Unidade, assim como melhorar os serviços aí prestados.

Este investimento foi, inicialmente, programado para o ano de 2020, no entanto, as condições ditadas pela Pandemia não aconselharam à realização do mesmo, tendo recaído a opção na melhoria dos espaços da componente da unidade de reabilitação, nomeadamente do seu ginásio e boxes de tratamento.

2.10 RESTABELECIMENTO FREQUÊNCIAS NA RESPOSTA DE CENTRO DE DIA (SEDE E SECARIAS)

Se houve resposta social que sofreu muito significativamente com a pandemia do COVID-19, ela foi a de centro de Dia, quer a localizada na Sede e quer a localizada na Freguesia de Secarias.

Desde logo, porque a essência e a natureza dos serviços prestados foram modificados, o que se traduziu no encerramento desses equipamentos para proteção de todos.

Apesar de uma parte significativa dos utentes ter passado a beneficiar da domiciliação dos serviços, o convívio e as atividades localizadas nos espaços da resposta de Centro de Dia deixaram de ter o impacto que tinham.

Por outro lado, assistiu-se a uma admissão gradual desses utentes em outras respostas sociais, face à perda de competências pela ausência de atividades em espaço físico inseridos nos Centros de Dia.

Desta forma, e na medida do possível, a Misericórdia procurará retomar, gradualmente a abertura dos Centros de Dia (sede e Secarias), sendo importante que os níveis de frequência



retomem a normalidade, mesmo que tal signifique a admissão de novos utentes para compensar as saídas para outras respostas sociais da Instituição.

2.11 REFORÇO DO SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO (SAD)

Ao longo da presente pandemia uma das respostas que se revelou crucial para o apoio aos mais vulneráveis foi, sem dúvida alguma, a resposta de SAD.

Através desta conseguiu-se assegurar parte dos serviços de Centro de Dia (os chamados serviços domiciliados), e com isso mitigar as dificuldades dos utentes, preservando a respetiva saúde.

Tal situação veio reforçar a importância desta resposta social, o que implica uma aposta no SAD através do alargamento da equipa de profissionais que diariamente se deslocam aos domicílios, a par dos recursos de enfermagem. Isto na medida, em que a procura tem vindo a aumentar, potencializada, é verdade, pela pandemia, mas igualmente pela vontade de permanência dos utentes em suas casas.

2.12 MANUTENÇÃO ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

A realização de investimentos nos espaços naturais da Misericórdia poderá não ser a principal prioridade para 2021, face à conjuntura que se perspetiva, no entanto, a preocupação com a sua preservação e manutenção será uma premissa para o novo ano.

Desta forma, quer a Mata e quer os jardins da Instituição continuarão a merecer o cuidado e atenção dos serviços, através da respetiva limpeza e preservação.

2.13 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS

A ligação aos Secretariados Nacional e Regional da União das Misericórdias Portuguesas não deixará de merecer a atenção da Instituição, mantendo-se a colaboração permanente que desde há vários anos a esta parte nos tem caracterizado.

De igual modo, a colaboração com outras entidades, com as quais estão estabelecidos diversos protocolos, sejam elas públicas ou privadas, e das mais diversas áreas, será uma preocupação,



com destaque para as áreas da Segurança Social, Saúde e Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP).

Por outro lado, a relação com as Instituições locais continuará a merecer a atenção da Instituição, com destaque para a Igreja, as Autarquias, designadamente a Câmara Municipal de Arganil, Associações, Comissões de Melhoramentos, IPSSs, entre tantas outras.

No entanto, e perante as adversidades que se avizinham, a Instituição não deixará de concentrar os seus esforços na concretização dos objetivos que traçou e já anunciados, procurando priorizar essa colaboração de acordo com os mesmos.

E aqui uma especial atenção para a necessária resolução da situação do Cineteatro Alves Coelho, bem como a melhoria dos acessos ao Hospital Condessa das Canas, para os quais o contributo da Câmara Municipal de Arganil será essencial, na expectativa de que esta contribua, decisivamente, para esses projetos.

2.14 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

O projeto cultural da Academia Condessa das Canas, e desde que teve início a pandemia, entrou numa situação de estagnação, desde logo porque a Academia de Ballet, o Orfeon Maestro Alves Coelho, os ciclos de conferência ou a Escola de Patinagem, estão condicionados pelas orientações da Direção Geral de Saúde (DGS) no que ao seu funcionamento dizem respeito.

As dificuldades de reunião dos participantes nas diversas atividades, e noutros casos a elevada idade dos mesmos, condicionam fortemente o normal funcionamento destas iniciativas.

Não obstante, existe a expectativa de que as mesmas possam ser retomadas ainda em 2021, com algumas alterações, nomeadamente ao nível do Orfeon Maestro Alves Coelho, onde a saída do então Maestro, e responsável pela direção artística, será colmatada, caso haja condições para a retoma dessa atividade.

2.15 DEFESA DOS INTERESSES DA INSTITUIÇÃO – Rendas Hospital Condessa das Canas e Direito de Superfície

A Misericórdia, desde finais de 2019 e ao longo de 2020, foi surpreendida com diversas questões relacionadas com as rendas provenientes do antigo Hospital Condessa das Canas, assim como



do espaço ocupado pela Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), neste caso no que diz respeito à edificação do Centro de Saúde inaugurado em 2005.

Nesse sentido, por deliberação da Mesa Administrativa, e não tendo sido possível um consenso nas matérias em causa, por parte da ARSC entenda-se, deram entrada duas ações judiciais tendo em vista a salvaguarda dos interesses da Instituição e da própria comunidade em que esta se insere.

Essas ações terão continuidade em 2021, sendo cruciais a decisão das mesmas, visto que está em causa a defesa e salvaguarda do património da Misericórdia, assim como de compromissos assumidos no passado que não podem ser esquecidos, ou desvalorizados.

A Santa Casa não pode, como é seu apanágio, deixar de defender os seus legítimos interesses, especialmente quando considera ter do seu lado a razão, motivos mais do que suficientes para esta tomada de posição.

3 | ORÇAMENTO

O desenvolvimento de um Plano de Atividades, sem que lhe seja associada a devida orçamentação, nunca será viável, razão pela qual o Orçamento, como instrumento de previsão dos recursos a alocar a essas mesmas atividades, se reveste de carácter fundamental e essencial para o adequado sucesso dos objetivos a que a Instituição se propõe alcançar.

No entanto, não podemos deixar de referir que o ano de 2021 terá um acréscimo de imprevisibilidade superior ao que é habitual, em grande medida por força da evolução da Pandemia em Portugal, na Europa e no Mundo.

Desde logo, os custos com o controle e prevenção da infeção por COVID-19 têm um impacto significativo, a que acrescem os aumentos com despesas de pessoal, designadamente com a atualização do salário mínimo nacional que passará de seiscentos e trinta e cinco euros (635,00€), para seiscentos e sessenta e cinco euros (665,00€), isto de acordo com as últimas previsões.

Esse aumento, e olhando apenas para os valores diretos, nunca será inferior a 4,7%, neste caso mais trinta euros (30,00€), e embora a Instituição não coloque em causa a subida do SMN, esta



deverá ser acompanhada de uma melhoria significativa das comparticipações do Setor Estado no âmbito da cooperação.

Não obstante as inúmeras dificuldades esperadas, a Instituição procurou, dentro do possível, elaborar um orçamento equilibrado, capaz de atenuar os riscos que o novo ano acarreta, estimando um saldo final positivo de mil e oito euros (1.008,00€).

3.1 RENDIMENTOS

Tendo sido um ano atípico (2020) e considerando que 2021 refletirá essa atipicidade, manteve-se algum cuidado na estimativa dos resultados do lado dos rendimentos.

Nesse sentido, como ponto de partida, foi considerado o histórico acumulado a Setembro de 2020 para as projeções agora apresentadas, tal como tem vindo a ser feito nos anos anteriores, associando-se depois outras variáveis com reflexo nas atualizações decorrentes da rúbrica da prestação de serviços, como é o caso da taxa de inflação (1,1%).

A definição deste indicador resultou de distintos valores avançados por várias entidades (BCE Zona euro – 1,1%; Orçamento de Estado Português – 0,7%; Comissão Europeia – 1,3%), obtendo-se a partir daí um valor intermédio.

Esse valor obtido foi tido em conta nas projeções, uma vez que a ele está associado um conjunto de operações de atualização das comparticipações familiares em várias respostas sociais.

Por outro lado, foi estabelecida uma previsão de atualização dos Acordos de Cooperação na casa dos 2%, associando-se a esta o número de utentes nas várias respostas sociais inseridas na cooperação com a Segurança Social, sem escamotear a média de frequência do ano transato e as projeções de uma eventual atualização do número de utentes comparticipados em ERPI (120) e no SAD (40).

Desta forma, foi obtido um total estimado de três milhões, setenta e três mil e seiscentos e dezoito euros (3.073.618,00€) de receitas/rendimentos, o que, face ao orçamento de 2020, representou um crescimento de pouco mais de 0,55%, ou seja, dezasseis mil, seiscentos e setenta e dois euros (16.672,00€).

Apesar desse crescimento, muito assente na previsão da conta 72 (prestação de serviços), com mais cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco euros (55.745,00€), devido ao



desempenho da resposta de ERPI/Lar, com uma frequência estimada em 120 utentes, e não 112 (média de 2020), e do SAD, não deixaremos de alertar para a quebra prevista em alguns rendimentos provenientes de várias atividades.

O Orçamento para 2021 é assim marcado pelas previsões do decréscimo dos rendimentos na Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), prevendo-se a obtenção de apenas cinquenta e oito mil, vinte e um euros (58.021,00€), ou seja, uma redução, face ao orçamentado para 2020, de 57%.

Igualmente a Comarca, título recentemente integrado na Instituição, tem uma previsão em baixa, neste caso menos quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis euros (44.856,00€), cifrando-se os seus rendimentos em cento e vinte e dois mil, trezentos e dezoito euros (122.318,00€), comparativamente com o Orçamento de 2020.

Não obstante essas eventuais quebras de rendimento, há a expectativa de que será possível uma compensação, por parte da prestação de serviços, designadamente nas respostas sociais de ERPI/Lar e SAD, mas para tal será imprescindível um crescimento dos indicadores associados aos níveis de frequências dos utentes nas mesmas.

3.1.1 Breve descrição Rendimentos

- Procedeu-se à atualização das mensalidades e das comparticipações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais, com base na média obtida do saldo a setembro, em 1,1% resultante da taxa de inflação;
- Na resposta de ERPI na prestação de serviços (conta 72) foi considerada uma média de 120 utentes, face à capacidade instalada;
- Na resposta de SAD na prestação de serviços (conta 72) foi considerada uma média de 40 utentes, em virtude do crescimento de pedidos para esta resposta social;
- Foi considerada nas restantes respostas sociais uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes nas diversas respostas sociais;
- Relativamente à rubrica “A Comarca de Arganil”, na conta 72 (prestação de serviços) projetou-se, com base na média obtida do saldo a setembro, um montante atualizado



em 1,1%, resultante da taxa de inflação, dos valores para assinantes, no valor de 86.987€ e de 35.331€ para publicidade, perfazendo um total de 122.318€;

- Considerou-se uma atualização de 2% para os acordos com a Segurança Social;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação foi projetado a partir do histórico do presente exercício (até Setembro), acrescido da taxa de inflação;
- Projetou-se um recebimento de quotas da Irmandade tendo por base o saldo a Setembro;
- No campo da comparticipação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 42 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€;
- Nas rubricas menos relevantes considerou-se o histórico a setembro com a correspondente atualização da taxa de inflação de 1,1%;
- Foi incluído na conta 75 o saldo a receber do prémio BPI no valor de 10.000€;



RENDIMENTOS - 2021

Euros

CONTAS	RENDIMENTOS	PERIODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2021-2020)	%
71	VENDAS	0	0	0	0%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 844 453	1 900 198	55 745	3,02%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	859 601	962 233	102 632	11,94%
	Lar	721 662	817 017	95 355	13,21%
	Centro Dia	61 899	47 633	-14 266	-23,05%
	Apoio Domiciliário	54 097	81 381	27 284	50,44%
	ATL + AAAF	21 944	16 202	-5 742	-26,17%
	UCC	86 507	92 228	5 721	6,61%
	ISS-UCC	149 787	225 088	75 301	50,27%
	ARS-UCC	428 719	422 057	-6 662	-1,55%
	Fisioterapia	135 768	58 021	-77 747	-57,26%
	Outros	16 897	18 253	1 356	8,02%
	Jornal "A Comarca"	167 174	122 318	-44 856	-26,83%
	Assinantes	105 733	86 987	-18 746	-17,73%
	Publicidade	61 441	35 331	-26 110	-42,50%
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	955 908	923 299	-32 609	-3,41%
	Centro Distrital da segurança Social	892 991	858 092	-34 899	-3,91%
	ISS - Acordos de Cooperação	886 815	851 916	-34 899	-3,94%
	Lar	579 627	614 923	35 296	6,09%
	Centro Dia	68 467	46 913	-21 554	-31,48%
	Centro Dia Secarias	12 838	13 620	782	6,09%
	Apoio Domiciliário	190 195	139 363	-50 832	-26,73%
	Complemento	1 400	1 428	28	2,02%
	ATL	34 289	35 669	1 380	4,02%
	ISS - FEAC	6 176	6 176	0	0,00%
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados (+ Prémio BPI)	62 917	65 207	2 290	3,64%
	Aumentos/reduções de justo valor				
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	11 122	11 122	0	0,00%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	245 463	238 999	-6 464	-2,63%
781	Rendimentos Suplementares	1 720	2 794	1 074	62,40%
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	167 807	169 020	1 213	0,72%
788	Outros	75 936	67 185	-8 751	-11,52%
	Subsídios para o Investimento	11 785	0	-11 785	-100,00%
	(...) Outros	64 151	67 185	3 034	4,73%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0	0	0	0,00%
	Total dos Rendimentos	3 056 945	3 073 618	16 672	0,55%

Tabela 1 - Rendimentos



3.2 GASTOS

Do lado dos gastos a Instituição estabeleceu como previsão um total de três milhões, setenta e dois mil e seiscentos e dez euros (3.072.610,00€), correspondendo a um incremento de mais dezassete mil, novecentos e quarenta e um euros e vinte e um cêntimos (17.941,21€), face ao orçamento de 2020, ou seja, mais 0,59%.

A determinação dos valores previsíveis para o próximo ano socorreu-se do histórico acumulado a Setembro de cada uma das rúbricas que compõem os gastos, assim como à variável da taxa de inflação na percentagem de 1,1%.

Relativamente aos gastos com pessoal foi orçamentado um total de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e oito euros (1.836.538,00€), contemplando a atualização do Salário Mínimo Nacional, mas considerando uma taxa de absentismo de 10%, dentro dos valores verificados ao longo de 2020.

Na conta 62, correspondente a Fornecimento de Serviços Externos, foi adotado o cálculo da média dos últimos três anos para apurar os honorários, em face da redução desta sub-rubrica em parte do ano de 2020, por via do confinamento de algumas respostas sociais, estimando-se em cento e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e dois euros (158.722,00€) os respetivos gastos.

Quanto às restantes sub-rubricas utilizou-se o histórico como ponto de partida, com destaque para o consumo relativo ao COVID-19, inscrito na subconta 623 – Outros.

3.2.1 Gastos / Descrição

- No custo das mercadorias e das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 1,1% da taxa de inflação;
- No fornecimento de serviços externos de um modo geral (conta 62) fez-se uma projeção tendo por base o acumulado nos 9 meses, levando em linha de conta a taxa de inflação de 1,1%, embora nos honorários tenha sido aplicado um valor médio dos últimos três anos;



- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a setembro, com a respetiva atualização do SMN e foi tido em conta uma taxa de absentismo de 10%, a par do pagamento integral dos feriados;
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação em 2020, conforme simulação do programa de imobilizado;
- Nos restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a Setembro, levando em linha de conta a taxa de inflação;
- Nos juros tomou-se como referência para a projeção o valor estimado no empréstimo destinado ao Hospital Condessa das Canas, referente a 9 meses;



GASTOS - 2021

CONTAS	GASTOS	PERIODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2021-2020)	%
		tx. Inflação 1,1% Euros			
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	380 661	394 100	13 439	3,53%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	322 564	317 826	-4 738	-1,47%
	Matérias de consumo Outros	58 096	76 274	18 178	31,29%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	739 231	713 017	-26 214	-3,55%
621	Subcontratados	34 327	30 712	-3 615	-10,53%
	Edição/Impressão Jornal	34 327	30 712	-3 615	-10,53%
622	Serviços Especializados	261 702	234 058	-27 644	-10,56%
	Trabalho especializado	27 046	33 976	6 930	25,62%
	Honorários	192 398	158 722	-33 676	-17,50%
	Conservação e reparação	34 146	33 946	-200	-0,58%
	Outros	8 112	7 414	-698	-8,60%
623	Materiais	47 048	67 236	20 188	42,91%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	26 524	15 660	-10 864	-40,96%
	Material de escritório	13 926	9 233	-4 693	-33,70%
	Outros	6 597	42 343	35 746	541,83%
624	Energia e fluidos	189 891	178 099	-11 792	-6,21%
	Eletricidade	69 732	72 125	2 393	3,43%
	Combustíveis	107 473	93 242	-14 231	-13,24%
	Água	12 686	12 732	46	0,36%
625	Deslocações, estadas e Transportes	11 248	6 497	-4 751	-42,24%
626	Serviços Diversos	195 016	196 415	1 399	0,72%
	Comunicação	57 037	54 846	-2 191	-3,84%
	Seguros	15 905	17 115	1 210	7,61%
	Limpeza, higiene e conforto	79 106	81 261	2 155	2,72%
	Outros serviços	42 968	43 193	225	0,52%
63	GASTOS COM PESSOAL	1 835 008	1 836 538	1 530	0,08%
632	Remunerações do pessoal	1 472 742	1 471 873	-869	-0,06%
6321	Remunerações certas	1 442 620	1 440 143	-2 477	-0,17%
6322	Remunerações Adicionais	30 123	31 730	1 607	5,34%
634	Indemnizações	1 876	1 897	21	1,14%
635	Encargos sobre Remunerações	328 422	328 228	-194	-0,06%
636	Seguros de acidentes no trabalho	22 847	29 437	6 590	28,84%
638	Outros Gastos com Pessoal	9 121	5 103	-4 018	-44,05%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	26 769	27 569	800	2,99%
681	Impostos	0	0		
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0	0		
688	Outros Gastos e Perdas	26 769	27 569	800	2,99%
6881	Correções de Períodos Anteriores				
6882	Donativos				
6883	Quotizações	3 469	2 932	-537	-15,48%
6884/688	Outros Gastos e perdas	23 300	24 637	1 337	5,74%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	73 000	73 000	0	0,00%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	0	28 386	28 386	0,00%
Total dos Gastos		3 054 669	3 072 610	17 941,21	0,59%

Tabela 2 - Gastos



4 | INVESTIMENTOS

Apesar da expetável incerteza, a Instituição não descurar os seus investimentos, designadamente os que já estão em curso, como é o caso da empreitada referente ao antigo Hospital Condessa das Canas.

Contudo, e apesar de apresentar um total de três milhões, duzentos e vinte e um mil, cento e vinte e cinco euros (3.221.125,00€), estes, com exceção da empreitada atrás referida, dependerão sempre da possibilidade de aprovação de candidaturas de apoios públicos, como é o caso da requalificação do edificado do Complexo Social (ERPI, Centro de Dia e SAD), neste caso via PARES.

Assim, para suportar o montante apresentado de investimento, a Instituição espera contar com um milhão, cento e dezasseis mil, quinhentos e vinte e três euros (1.116.523,00€) proveniente de subsídios, e dois milhões, cento e quatro mil, seiscentos e dois euros, (2.104.602,00€) resultante de capitais próprios, neste caso a obter através das operações de alienação de património e de reservas eventualmente existentes.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Ano: 2021

Euros

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS (Próprios)	
Total	1 116 523	2 104 602	3 221 125
Investimento Financeiro	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	1 116 523	2 104 602	3 221 125
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES / HOSPITAL	536 601	1 856 995	2 393 596
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES / PARES	429 922	143 307	573 229
EQUIPAMENTO HOSPITAL	150 000	50 000	200 000
EQUIPAMENTOS UFMR/LAVANDARIA		40 000	40 000
EQUIPAMENTO COZINHA		4 300	4 300
PROJETOS/CANDIDATURAS - OUTROS	0	10 000	10 000

Tabela 3 - Investimentos



5 | CONCLUSÃO

Se alguém tivesse dito que, em pleno século XXI, iríamos estar debaixo da incerteza de uma Pandemia, muitos poucos, provavelmente, acreditariam.

No entanto, 2020 trouxe-nos os nossos piores receios resultantes da impotência em travar o flagelo de um vírus invisível que, desde a primeira hora, atacou os mais vulneráveis.

E são os mais vulneráveis a razão da nossa existência, são os mais frágeis o motivo para que a nossa Instituição, assim como a causa das Misericórdias, tenha percorrido um longo percurso histórico até aos nossos dias.

Mas se 2020 ficou marcado pela completa alteração da nossa vida em Sociedade, 2021 não deixará de estar condicionado pelas mesmas razões, e que a todos nos devem mobilizar para este desafio.

A Misericórdia, tal como tantas outras Santas Casas, está habituada a enfrentar as adversidades e contrariedades, e é nesses momentos que se percebe a sua razão, é nessas alturas que se entende a entrega e dedicação dos que nela servem, a começar pelos inúmeros colaboradores, sejam eles trabalhadores ou membros dos seus Órgãos Sociais.

Os meses de 2021 serão difíceis, com desafios que vão desde o controle de eventuais surtos, passando pela necessidade de manutenção de testagem regular e culminando na expectativa da vacinação dos que residem, trabalham e se voluntariam ao serviço da Misericórdia.

Simultaneamente, o desafio da sustentabilidade não deixará de estar presente, assim como a defesa da natureza e identidade desta secular Instituição e das suas congéneres, contra novos desafios que se advinham por parte de alguns setores da nossa Sociedade que não querem deixar de aproveitar este momento de dificuldade para atacar a nossa essência e a nossa missão.

No entanto, sob a égide dos nossos Compromissos, o respeito pela nossa História, enquanto Instituição de Portugalidade, e em obediência às catorze Obras de Misericórdia, não deixaremos de vencer mais este desafio que se aproxima, imbuídos pelo Humanismo do Espírito Cristão e com a Proteção da Nossa Senhora das Misericórdias.

O Provedor



(Prof. José Dias Coimbra)



ANEXOS

- ORÇAMENTO 2021
- NOTAS DISCRIMINATIVAS



CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

1º ORÇAMENTO ANUAL
ANO 2021

NISS: 20004617166 NIPC: 501 157 654

Euros

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	1 844 453	1 900 198
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	955 908	923 299
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	11 122	11 122
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	380 661	394 100
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	739 231	713 017
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	1 835 008	1 836 538
-	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	-	0	0
-	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	-	0	0
-	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	-	0	0
-	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	-	0	0
-	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-	0	0
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	245 463	238 999
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	26 769	27 569
Result. antes de depreciações, gastos de Financ. Imposto		-	75 277	102 394
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	j)	73 000	73 000
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		-	2 277	29 394
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	0	0
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	l)	0	28 386
Resultado antes de Imposto		-	2 277	1 008

A Mesa Administrativa:

O Conselho Fiscal:

Aprovado em Assembleia Geral:

Data: Arganil, de Novembro de 2020

23 Abril 2021
Arganil, de Novembro de 2020

Assinaturas:



Notas explicativas do orçamento:

- a)** Provável receita do funcionamento do bar da piscina;
- b)** Verba que se prevê receber da prestação de serviços;
 - Mensalidades dos utentes da ERPI/ Lar, CATL, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, AAAF e UCCI;
 - Unidade de Medicina Física e de Reabilitação Fisioterapia (UMFR);
 - Funcionamento da piscina, prestação de serviços de jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho, nomeadamente decorrente de protocolos;
 - UCCI da ARSC e Segurança Social;
- c)** Verba que se prevê receber do Estado (respostas sociais com acordo de cooperação) e serviços dependentes:
 - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra (ISS,IP);
 - Comparticipação financeira de outras atividades e projetos (POAMPC, Prémio BPI);
 - Câmara Municipal (AAAF);
- d)** Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso;
- e)** Verba que se pensa bastante para aquisição:
 - Géneros alimentícios para o Complexo Social e para o Complexo de Saúde;
 - Fraldas para os utentes e medicamentos da UCC;
 - Rações para animais, sementes e adubos para a parte agrícola;
- f)** Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:
 - Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas - inclui Complexo Social e Complexo de Saúde – UCCI, UMFR, etc;
 - Consumos de secretaria e expediente geral;
 - Reparação e manutenção de instalações, edifícios arrendados;



- Aquisição de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, honorários, contencioso e notariado, artigos de limpeza, higiene e conforto, publicidade, trabalhos especializados, material didático e saúde dos utentes, entre outros;

g) Montante previsto para gastos com pessoal:

- Remunerações, subsídios de Natal e Férias;
- Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
- Formação profissional;
- Indemnizações;
- Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Outras despesas com o pessoal;

h) Rendimentos de:

- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e participação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
- Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição (acolhimento temporário, etc);
- Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas);
- Subsídios para Investimentos;

i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:

- Quotizações à União das Misericórdias, ALP, outras entidades;

j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o Hospital de Cuidados Continuados);

k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo);

l) Gastos com financiamento obtido.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 FAX 235 200 499 · geral@scmarganil.pt

www.scmarganil.pt · www.facebook.com/misericordiadearganil